

ERC exige à Ar Telecom solução para canal de adultos Blue Hustler

Lina Santos, DN 19.Fev.2010

Por não ter cumprido a deliberação do regulador, o operador foi intimado a fazer alterações. O canal Hot Nights não chegou a ir para o ar por não cumprir os requisitos legais

O operador de telecomunicações Ar Telecom foi chamado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) a prestar mais esclarecimentos sobre o canal de conteúdos para adultos Blue Hustler, que, segundo o organismo, "não se adequa às exigências legais". "Apenas se verifica que um aumento do preço do pacote de serviços (...) sem que exista qualquer distinção entre o que é pago por quem pretende ter o acesso e o que é pago por quem não pretende aceder a tais conteúdos", lê-se na proposta de deliberação que foi enviada para a empresa. Ou seja, a ERC considera que não é claro para o cliente quanto paga para ter o canal Blue Hustler.

A proposta de deliberação do conselho regulador da ERC, de 21 de Janeiro, "impõe que com a máxima urgência promova a aplicação das necessárias medidas e alterações conformadoras com as exigências normativas e com o determinado na Deliberação 37, de Novembro de 2009.

De acordo com este documento, elaborado a partir da Lei da Televisão, "os serviços de programas cujo modelo de programação seja centrado na emissão de conteúdos pornográficos não podem ser emitidos em acesso não condicionado, seja este livre ou com assinatura". Segundo o artigo 8.º, n.º 6 da lei, "por serviços de programas de acesso condicionado deverá entender-se os que são disponibilizados ao público por uma contrapartida específica, não se considerando como tal a quantia devida pelo acesso à infra-estrutura de distribuição, bem como pela sua utilização".

O Blue Hustler não é de livre acesso na Ar Telecom, mas, para a ERC, tal como está definido actualmente, não resulta claro que o cliente o quer subscrever, algo que é exigido pela Lei da Televisão, apesar da resposta enviada pelo operador à ERC e segundo a qual o Blue Hustler se encontra "inserido num pacote comercial

específico, denominado TV Plus, que agrega outros canais para além do presente (...). O preço do pacote comercial já agrega em si o custo do referido canal".

A deliberação da ERC de Novembro de 2009 exigia uma solução no prazo de dez dias e abrangia outro canal de conteúdos pornográficos, o XXL, distribuído pela Zon, que respondeu ao regulador, e acabou por decidir retirar o canal do ar. No caso da Ar Telecom, a ERC decidiu chamar o operador para uma audiência de interessados e pronúncia.

Contactada pelo DN, a administração da empresa, através da sua agência de comunicação, esclareceu que "a Ar Telecom sempre cumpriu - e continuará a cumprir escrupulosamente como sempre foi sua prática - todos os requisitos legais pelos quais se deve pautar a sua actividade como operadora de telecomunicações". Adianta que não existe qualquer procedimento contra - ordenacional e que não tem conteúdos em sinal aberto.

A manter-se o incumprimento, a ERC pode avançar para um procedimento contra - ordenacional punível com coima entre os 75 e os 375 mil euros, ou ainda a suspensão da licença ou da autorização do serviço de programas entre um e dez dias, segundo a Lei da TV.